

**Regularização de Fonte Alternativa
de Abastecimento de Água****SUMÁRIO**

1. FINALIDADE
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO
3. CONCEITOS BÁSICOS
4. FONTE ALTERNATIVA
5. INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS
6. DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS E DAS MULTAS POR IRREGULARIDADES
7. EXTINÇÃO DE FONTE ALTERNATIVA
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS
9. REFERÊNCIAS
10. ANEXOS

1. FINALIDADE

Esta norma tem como finalidade regulamentar, definir e estabelecer os critérios necessários para atender o Artigo 13 da Lei 9724 do Município de Campinas, promulgada em 28 de abril de 1998, necessários para regularizar o uso de qualquer fonte alternativa de abastecimento de água, doravante designada simplesmente **fonte alternativa**, em conformidade com a Lei 12.711 do Município de Campinas, promulgada em 11 de dezembro de 2006.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta norma aplica-se a todos os setores da **SANASA** em cujas atividades possam estar envolvidos qualquer um dos procedimentos decorrentes do processo de cadastramento de qualquer fonte alternativa.

3. CONCEITOS BÁSICOS

- **SSE** – Solicitação de Serviços
- **DAEE** – Departamento de Águas e Energia Elétrica — órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo.
- **Lacre SANASA**: são lacres numerados antifraude a serem instalados em hidrômetros ou em reservatórios de água, quando for conveniente.
- **Fonte Alternativa de Abastecimento de Água**: é qualquer fonte de abastecimento de água que não seja provinda da rede pública de distribuição de água, tais como as fontes provenientes de mananciais subterrâneos, superficiais, pluviais ou atmosféricos.
- **Caminhão Tanque**: qualifica as águas derivadas de quaisquer mananciais que puderem ser transportadas em caminhões e levadas até um imóvel consumidor.
- **Cisterna**: qualifica as águas derivadas de mananciais pluviais que puderem ser armazenadas em reservatórios subterrâneos, térreos ou elevados.
- **Nascente**: qualifica as águas de mananciais superficiais constituídas pela manifestação superficial de água armazenada em reservatórios subterrâneos que possuem vazão suficiente para originar curso ou acúmulo de água.

	SAN.C.IN.NC 27	ISO 9001	
		Paginação:	2 / 9
		Data da Emissão:	09.05.2016
		Revisão:	03
		Data da Aprovação:	02.09.2020
		Aprovação:	
Regularização de Fonte Alternativa de Abastecimento de Água		<div><div></div><div>Dir. Comercial</div></div>	

- **Poço:** qualifica as águas derivadas de mananciais subterrâneos profundos (aquíferos) ou freáticos, alcançados através de perfuração ou escavação.
- **Regularização de Fonte Alternativa:** consiste no cadastramento de uma fonte alternativa, mediante a assinatura de um Termo e a inserção de um novo cadastro comercial para tal fonte no cadastro de consumidores da **SANASA**.
- **Cadastramento de Fonte Alternativa:** procedimento que formaliza o reconhecimento do uso de fonte alternativa de abastecimento de água.
- **Extinção de Fonte Alternativa:** procedimento que formaliza a indisponibilidade ou a suspensão do uso de fonte alternativa de abastecimento de água.

4. FONTE ALTERNATIVA

4.1. Regularização

A regularização do uso de qualquer fonte alternativa perante a **SANASA** consiste no seu cadastramento.

4.2. Cadastramento

O cadastramento de uma fonte alternativa é um procedimento que formaliza o reconhecimento do uso de tal fonte, mediante a assinatura de um Termo e a inserção de um novo cadastro comercial — um código de consumidor — para tal fonte no cadastro de consumidores da **SANASA**, objetivando a medição e a cobrança do efluente sanitário dela derivado e lançado na rede pública de esgotamento sanitário.

4.3. Termo Regularização e Cadastro

A assinatura conjunta de um Termo Regularização e Cadastro (SAN.C.IN.FM 130), envolvendo a **SANASA** e o consumidor **SANASA**, o usuário de fonte alternativa, doravante designado simplesmente consumidor, representa o reconhecimento formal do uso da rede pública de esgotamento sanitário por parte do consumidor, devido ao despejo dos efluentes derivados de fonte alternativa existente em seu imóvel.

4.4. Do Cadastro

Para o cadastramento de uma fonte alternativa deverá ser gerado um protocolo com o código de assunto 928660 — Cadastro de Fonte Alternativa de Água, acompanhado da documentação exigida conforme SAN.C.IN.FM 129.

4.5. Consumidor na condição de “Potencial”

Na eventualidade em que o consumidor puder atestar que a utilização da água da fonte alternativa não fará uso dos serviços de afastamento e de tratamento de efluentes

**Regularização de Fonte Alternativa
de Abastecimento de Água**

sanitários oferecidos pela **SANASA**, e enquanto esta circunstância puder ser atestada por ele, não será lançada nenhuma fatura correspondente a tais serviços. Para tanto, o consumidor deverá apresentar um croqui das instalações hidráulicas internas ao imóvel demonstrando a distribuição das ligações de água associadas à **SANASA** e à **fonte alternativa** e assinar um Termo de Declaração de Uso Exclusivo de Fonte Alternativa (SAN.C.IN.FM 139). Além disso, será feito um monitoramento periódico do uso da água da fonte alternativa mediante coletas de águas. Nos casos em que forem constatados o uso indevido da água da fonte alternativa, com geração de efluentes sanitários, será cobrado o retroativo de consumo (Item 4.11) e será retirada a condição de “Potencial” do cadastro do consumidor, retornando a emissão de faturas.

4.6. Termo de Declaração de Uso Exclusivo de Fonte Alternativa

O Termo de Declaração de Uso Exclusivo da Fonte Alternativa (SAN.C.IN.FM 139) destina-se a atender àquela circunstância específica em que a utilização de uma fonte alternativa não fará uso dos serviços de afastamento e de tratamento de efluentes sanitários oferecidos pela **SANASA**. Nessa medida, este termo objetivará àqueles consumidores cujas fontes alternativas estão cadastradas na condição de “Potencial” e aqueles consumidores cujas fontes alternativas não possam ser cadastradas devido à impossibilidade técnica da instalação de um hidrômetro junto a elas, a exemplo de poços freáticos, cisternas e nascentes.

4.7. Denúncia ou Suspeita de uso de Fonte Alternativa

Para toda denúncia ou suspeita de uso de fonte alternativa será gerada uma Solicitação de Serviço (SSE), código de serviço RASF, para vistoria no imóvel.

4.8. Notificação de Ocorrência de Irregularidade


Ao consumidor será remetida, com aviso de recebimento, uma notificação de ocorrência de irregularidade anunciando a necessidade da regularização do uso da fonte alternativa (Lei Municipal 9724/1998).

4.9. Termo de Solicitação de Prorrogação de Prazo

Para a solicitação de prorrogação do prazo para a regularização da fonte alternativa, o consumidor deverá preencher e assinar um Termo de Solicitação de Prorrogação de Prazo (SAN.C.IN.FM 132).

4.10. Multa — Notificação Extrajudicial de Ocorrência de Irregularidade

Na hipótese de recusa quanto a regularização do uso de fonte alternativa perante a **SANASA**, por manifestação expressa ou por falta desta, será enviada a Notificação Extrajudicial de Ocorrência de Irregularidade, com AR, concedendo prazo de 15

	SAN.C.IN.NC 27	ISO 9001	
		Paginação:	4 / 9
		Data da Emissão:	09.05.2016
		Revisão:	03
		Data da Aprovação:	02.09.2020
Regularização de Fonte Alternativa de Abastecimento de Água		Aprovação:	
		<div style="border-top: 1px solid black; width: 100px; margin: 0 auto;"></div> Dir. Comercial	

(quinze) dias para a efetivação desta regularização. A não regularização poderá acarretar a cobrança de multa de 120 UFIC's, por dia, até a data da efetiva regularização (Art. 12, § 1º).

4.11. Retroativo de Consumo

O retroativo de consumo será calculado por similaridade, considerando as mesmas características e categoria de consumidor de fonte alternativa ou utilizando o consumo médio de ligações com utilização similares, a ser lançado na fatura de água do código de consumidor da ligação **SANASA**, conforme Lei Municipal 9724/98, Art. 7º, Inc. III e Art. 12º, § 1º.

Nota: Caso não haja manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da primeira aplicação da multa por irregularidade, a Coordenadoria de Fontes Alternativa gerará um protocolo de Cadastro de Fonte Alternativa de Água, circunstanciando todos os Procedimentos já efetivados para a regularização do uso de fonte alternativa, e o remeterá à Gerência Jurídica do Contencioso para que seja encaminhada a devida ação judicial.

4.12. Número de Economias para Fonte Alternativa

Em cumprimento às disposições constantes em Critérios para Enquadramento de Categoria/Quantidade de Economias para Consumidores (SAN.C.IN.NC 03, Anexo I), o cadastramento de uma fonte alternativa respeitará a Tabela de Categorias, de acordo com a atividade desenvolvida no imóvel, e a classificará como 01 (uma) economia.

5. INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS

5.1. Instalação

A instalação de um hidrômetro junto à fonte alternativa de abastecimento de água, a cargo da **SANASA**, dar-se-á na tubulação de saída de água advinda de tal fonte (Lei 9724 de 28/04/1998).

5.2. Reservatório Exclusivo

O consumidor deverá providenciar a aquisição e a instalação de um reservatório exclusivo para abrigar a água proveniente da fonte alternativa, distinto do reservatório destinado a receber água da **SANASA**. E, sempre que a **SANASA** julgar conveniente, poderá ser instalado lacre anti-fraude no reservatório.

5.3. Uso de Múltiplos Reservatórios

**Regularização de Fonte Alternativa
de Abastecimento de Água**

No caso de Caminhão Tanque ou Cisterna, a existência factual destas fontes é determinada pela disponibilidade de um reservatório destinado a abrigar suas águas. Nessa medida, para cada reservatório identificado em um lote, será instalado um hidrômetro. Caso existam mais de um reservatório destinado a abrigar a água proveniente de Caminhão Tanque ou de Cisterna, será instalado um hidrômetro junto a cada um deles, exceto quando for possível interligá-los a uma única saída de água.

5.4. Hidrômetro Distante do Reservatório ou Distante do Poço

A instalação de um hidrômetro junto à saída de água do reservatório, quando se tratar de caminhão tanque, cisterna ou nascente, ou junto ao cavalete, quando se tratar de poço, excepcionalmente poderá ser executada em outro local, quando for tecnicamente inviável, houver algum impedimento incontornável para a efetivação da leitura do consumo registrada no hidrômetro ou ainda a existência de ameaça à segurança do agente de leitura no desempenho de sua função.

5.5. Readequação das Instalações da Fonte Alternativa

Em qualquer tempo, serão passíveis de readequação todas aquelas instalações em que forem observados hidrômetros instalados distantes da saída de água do reservatório destinado a abrigar as águas advindas da fonte alternativa, quando se tratar de Caminhão Tanque, Cisterna ou Nascente, ou distantes da tubulação de saída (cavalete) de água, quando se tratar de Poço.

5.6. Custo da Instalação

Será de inteira responsabilidade do consumidor o custo dos materiais necessários para efetivar a instalação de um hidrômetro junto à fonte alternativa (Lei Municipal 9724/1998, Art. 11, II). Este custo será lançado na fatura correspondente ao cadastro da fonte alternativa ou ao cadastro da ligação de água da SANASA a ela associado.

5.7. Custo da Readequação por Irregularidade

Será de responsabilidade do consumidor, também, o custo para efetuar a readequação das instalações associadas à fonte alternativa nos casos em que forem constatadas irregularidades. Este custo será lançado na fatura correspondente ao cadastro da fonte alternativa, conforme Resolução Tarifária ARES-PCJ.

5.8. Guarda e Proteção do Hidrômetro

O consumidor responde pela guarda e proteção do hidrômetro, responsabilizando-se pelos danos a ele causados, conforme o Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da **SANASA** - Resolução ARES - PCJ nº 145/2016-19/07/2016.

	SAN.C.IN.NC 27	ISO 9001	
		Paginação:	6 / 9
		Data da Emissão:	09.05.2016
		Revisão:	03
		Data da Aprovação:	02.09.2020
		Aprovação:	
Regularização de Fonte Alternativa de Abastecimento de Água		<div><div></div><div>Dir. Comercial</div></div>	

5.9. Mistura de Águas

Em cumprimento às disposições legais contidas na Lei Federal 11.445/2007 (Art. 45 Caput e Parágrafo 2º), no Decreto Federal nº 7.217/2010 (Arts. 6º e 7º), no Decreto Estadual nº. 12.342/78, na Portaria do Ministério da Saúde nº 2914/2011 (Art. 16) e no Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da **SANASA** (Resolução Tarifária ARES-PCJ), as instalações hidráulicas prediais do imóvel que abriga a fonte alternativa, desde a ligação de água da **SANASA** (cavalete) até o reservatório de água do consumidor, não poderão ser intercomunicadas com as instalações hidráulicas da fonte alternativa.

6. DA COBRANÇA DOS SERVIÇOS E DAS MULTAS POR IRREGULARIDADES

6.1. Cobrança dos Serviços

As cobranças dos serviços prestados pela **SANASA** na instalação do hidrômetro seguirão as disposições constantes na Resolução Tarifária ARES-PCJ vigente na data de sua aplicação.

6.2. Cobrança das Multas

As cobranças das multas por irregularidade constatadas pela **SANASA** seguirão as disposições constantes na SAN.T.IN.NT 22.

6.3. Procedimentos e Metodologias

Os procedimentos e metodologias relativos às cobranças das multas por irregularidades e à apuração dos eventuais prejuízos delas derivados (Cobrança Retroativa), no que se refere às instalações associadas aos cadastros das fontes alternativas, seguirão as disposições constantes na SAN.T.IN.NT 22.

6.4. Ausência de Medidores

Em especial, nos casos em que não houver medidores para balizar uma estimativa de consumo, a apuração dos eventuais prejuízos poderá ser estimada em “razão do consumo médio presumido, como base em atributo físico do imóvel” (Lei Municipal 9724/1998).

6.5. Serviços de Afastamento e Tratamento de Efluentes Sanitários

A cobrança dos serviços de afastamento e de tratamento dos efluentes sanitários provindos da fonte alternativa (Lei Municipal nº 9724/98) terá como base os mesmos

	SAN.C.IN.NC 27	ISO 9001
		Paginação: 7 / 9
		Data da Emissão: 09.05.2016
		Revisão: 03
		Data da Aprovação: 02.09.2020
		Aprovação: _____
Regularização de Fonte Alternativa de Abastecimento de Água		<div>_____</div> <div>Dir. Comercial</div>

procedimentos de medição e os mesmos valores das tarifas dos serviços oferecidos pela **SANASA**, observada a mesma categoria de uso de água potável e as mesmas faixas de volumes de água potável consumidos mensalmente.

6.6. Cobrança dos Serviços em sua Totalidade

A cobrança dos serviços de afastamento e de tratamento dos efluentes sanitários provindos da fonte alternativa será efetivada sempre em sua totalidade, mesmo que os efluentes sanitários provindos da fonte alternativa sejam menores do que o volume de água fornecido por ela.

6.7. Fatura Específica para o Cadastro da Fonte Alternativa

Após o cadastramento da fonte alternativa será gerada uma fatura específica para atender ao afastamento e aos tratamentos correspondentes aos efluentes sanitários dela advindos.

6.8. Responsabilidade *ad substantia negotii*

As faturas correspondentes ao cadastramento da fonte alternativa são de inteira responsabilidade do titular de tal cadastro, enquanto, por sua iniciativa, não for solicitada a extinção deste.

7. EXTINÇÃO DE FONTE ALTERNATIVA

7.1. Extinção de Ligação de Fonte

Para a extinção do cadastro de uma fonte alternativa será gerado um protocolo com o código de assunto 928624 — Extinção de Ligação, que deverá ser acompanhado da documentação exigida conforme SAN.C.IN.FM 129, mediante a assinatura de um Termo de Solicitação de Extinção (SAN.C.IN.FM 119), por parte do consumidor, e a alteração do cadastro correspondente a tal fonte no cadastro de consumidores da **SANASA**, colocando-o na condição de “EX”, para o caso da indisponibilidade de tal fonte, ou na condição de “EP”, para o caso da suspensão de seu uso.

7.2. Exigências Técnicas

Os procedimentos que deverão ser observados para a extinção de ligação de fonte alternativa estão descritos na SAN.C.IN.PR 11.

Nota: Em casos excepcionais, nos quais os poços cadastrados junto à **SANASA** estiverem inativos, como aqueles localizados em imóveis abandonados ou demolidos, o cadastro de tais poços poderá ser colocado na condição de “EL”, “EP” ou “EX”, para evitar-se a emissão

	SAN.C.IN.NC 27	ISO 9001	
		Paginação:	8 / 9
		Data da Emissão:	09.05.2016
		Revisão:	03
		Data da Aprovação:	02.09.2020
		Aprovação:	
Regularização de Fonte Alternativa de Abastecimento de Água		<div><div></div><div>Dir. Comercial</div></div>	

de faturas, e Coordenadoria de Fontes Alternativas de Abastecimento comunicará formalmente o proprietário do imóvel e os órgãos públicos nomeados por DAEE e Vigilância Sanitária.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo as disposições constantes da Lei Municipal 9724/1998 e do Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Resolução ARES- PCJ nº 145/2016), preceituamos o que segue.

8.1. Acesso Permanente

É assegurado o acesso permanente dos empregados e prepostos da **SANASA** (Lei Municipal 9724/1998, Art. 3º), devidamente identificados, às dependências do imóvel que abriga a fonte alternativa para os serviços de leitura, entrega de faturas e de comunicações, fiscalizações e manutenções.

8.2. Intervenção do Consumidor

É vedada qualquer intervenção, por parte do consumidor, junto ao cavalete do hidrômetro associado ao cadastro da fonte alternativa ou às instalações hidráulicas que o interconecta ao manancial da fonte alternativa de abastecimento sem previa autorização escrita da **SANASA**.

8.3. Extração de Água de Fonte Alternativa sem Medição

É vedada a extração de água do manancial da fonte alternativa de abastecimento, já cadastrada junto à **SANASA**, sem que antes esta extração seja auferida pelo hidrômetro a ela associado. Nessa medida, a **SANASA** reserva-se o direito de lacrar o reservatório que contenha suas águas ou o hidrômetro que meça a sua extração, sempre que a **SANASA** julgar conveniente.

8.4. *Secundum legem fiat*

A assinatura do Termo Regularização e Cadastro e o cadastramento da fonte alternativa perante a **SANASA** não eximem o consumidor do cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais exigidas pelos demais órgãos públicos Municipal, Estadual e Federal acerca do uso de fontes alternativas, *secundum legem fiat*.

8.5. Responsabilidade Civil e Criminal

O consumidor assume inteira responsabilidade, Civil e Criminal, por eventuais danos ou prejuízos que possam advir em virtude do descumprimento das disposições legais

	SAN.C.IN.NC 27	ISO 9001	
		Paginação:	9 / 9
		Data da Emissão:	09.05.2016
		Revisão:	03
		Data da Aprovação:	02.09.2020
		Aprovação:	
Regularização de Fonte Alternativa de Abastecimento de Água		<div><div></div><div>Dir. Comercial</div></div>	

pertinentes ao uso de fontes alternativas, e exime a **SANASA** de quaisquer responsabilidades em casos de contaminações da água utilizada no imóvel que abriga a fonte alternativa.

9. REFERÊNCIAS

Esta norma interage com os seguintes documentos:

- SAN.P.IN.PR 01 – Informação Documentada (Documentos Internos);
- SAN.P.IN.PR 02 – Controle da Informação Documentada Retida (Registros).
- SAN.C.IN.PR 11 – Fonte Alternativa de Abastecimento de Água;
- SAN.C.IN.NC 03 – Critérios para Enquadramento de Categoria/Quantidade de Economias para Consumidores;
- SAN.T.IN.NT 22 – Regularização de Ligação de Água;
- SAN.C.IN.FM 119 – Termo de Solicitação de Extinção de Fonte Alternativa;
- SAN.C.IN.FM 129 – Documentos Necessários para Cadastro e Extinção de Fonte Alternativa;
- SAN.C.IN.FM 130 – Termo de Regularização e Cadastro;
- SAN.C.IN.FM 132 – Termo de Solicitação de Prorrogação de Prazo;
- SAN.C.IN.FM 133 – Modelo de Suporte para Medidor de Água para FA.
- SAN.C.IN.FM 139 – Termo de Declaração de uso Exclusivo de Fonte Alternativa

10. ANEXOS

ANEXO I - HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

DATA	REV.	PÁG.	DESCRIÇÃO	NOME/SETOR
22/07/2016	01	2	Item 4, subitem 4.5	Adriana/CNF
		9	Item 9	
21/11/2017	02	3	Item 4, subitem 4.8	Adriana/CNF
02/09/2020	03	1	Finalidade	Adriana/CBF
		1	Conceitos Básicos	
		3	Item 4, subitem 4.6, acréscimo	
		3	Item 4, subitem 4.10	
		4	Item 5, subitem 5.2, exclusão	
		4	Item 5, subitem 5.3, exclusão	
		4	Item 5, subitem 5.4	
		5	Item 5, subitem 5.9	
		6	Item 5, subitem 5.11	
		6	Item 6, subitem 6.1	
		6	Item 6, subitem 6.2	
		9	Item 8, subitem 8.3	